

Brasília, 03 de julho de 2025.

MOBILIZAÇÃO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Teve início no dia 01 de julho a jornada de lutas contra a Reforma Administrativa, e como parte da pressão, a FASUBRA e representantes das entidades de base presentes em Brasília iniciaram o diálogo com parlamentares para barrar qualquer projeto que vise prejudicar os serviços públicos no país.

Foi construído o documento, postado a seguir, para subsidiar o trabalho no Congresso, que deve ser adaptado para que as entidades façam a pressão nos estados.



Brasília/DF, 01 de julho de 2025

"Nunca estrague o seu presente por um passado que não tem futuro"
Dalai Lama

Excelentíssimos Senhores (as) Deputados (as),

A Direção da FASUBRA acompanha, com preocupação, o desenvolvimento do grupo de trabalho formado por parlamentares para apresentar uma proposta de Reforma Administrativa. Nas audiências públicas já realizadas e em outros espaços de debates, o que pudemos constatar é que a maioria dos deputados presentes sequer compreendem qual é o papel desempenhado pelos servidores públicos na sociedade brasileira.

Temas como concurso público e estabilidade não podem ser tratados como privilégios, pois são condições que garantem, na verdade, a prestação de serviços públicos de qualidade para a população. Permitem, também, os servidores públicos não sejam ameaçados remanejados a cada troca de governo e para que os servidores tenham a segurança para denunciar eventuais desmandos administrativos.

Em média, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), tem 23,48% dos trabalhadores no setor público. No Brasil este número não chega a 12,5%. Vale ressaltar que a maioria destes servidores públicos está nos estados e municípios, onde a média salarial é pouco mais de um salário mínimo, o que desmonta também a tese dos altos salários.

Entendemos que os supersalários, que levam principalmente juízes a receber acima do teto constitucional, mostram onde estão os verdadeiros privilégios do serviço público. Estes precisam ser enfrentados como prioridade.

Uma verdadeira reforma deveria se iniciar com a correção de injustiças e a valorização dos trabalhadores da Educação e Saúde, temas sempre presentes em campanhas de 90% dos eventuais candidatos a todos os cargos, porém, tudo se configura em "estelionato eleitoral", pois a saúde pública em geral é um caos pela falta de recursos e a educação necessita muito mais investimentos para alcançar a qualidade desejada.

Estamos nos aproximando de mais um pleito eleitoral e nossa orientação será de vetar todos os parlamentares que votarem contra os servidores públicos, pois entendemos que é um voto contra o povo brasileiro.


Cristina del Papa
Coordenação Geral


Ivánilda Oliveira Silva Reis
Coordenação Geral


Loiva Isabel M. Chansis
Coordenação Geral



MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA REALIZADA NOS DIAS 13, 14 E 15 DE JUNHO

EM MEMORIA DE ZÉ LUÍS E ROSA SUNDERMANN

Em 12 de junho de 2025, completaram 31 anos do brutal assassinato de José Luís e Rosa Sundermann, militantes sindicais, ativistas políticos e defensores incansáveis da classe trabalhadora.

Zé Luís, vice-presidente do SINTUFSCar, e Rosa, dirigente da Convergência Socialista, foram executados em sua própria casa, em São Carlos, numa madrugada que até hoje grita por justiça. Nada foi levado. Tudo foi planejado. E, mesmo assim, o crime permanece impune.

Foram líderes importantes nas greves dos cortadores de cana, dos laranjeiros e dos servidores técnico-administrativos da UFSCar. Enfrentaram ameaças, resistiram à repressão e nunca se calaram diante da injustiça.

Passadas mais de três décadas, nenhum mandante, nenhum autor foi responsabilizado. O caso foi arquivado e o Estado brasileiro segue omissos diante de um crime político — mais um, entre tantos, que no Brasil acabam sem solução.

As mortes de Zé Luís e Rosa não são um fato isolado. Elas escancaram a lógica de um país onde quem ousa lutar pelos direitos do povo é silenciado e onde os crimes contra militantes, indígenas, camponeses, defensores da terra e das causas populares são tratados com descaso.

O SINTUFSCar mantém viva a memória dos companheiros Zé Luís e de Rosa. Não esqueceremos. Não nos calaremos. Seguiremos denunciando a impunidade e honrando suas trajetórias com luta e organização.

Zé Luís e Rosa Sundermann, presente! Hoje e sempre.

APOIO

ÀS GREVES DA EDUCAÇÃO!

Neste momento ocorrem greves de educadores e educadoras no DF, rede municipal de Belo Horizonte e Salvador. A educação tem sido atacada pelos governos, nestes casos, do União Brasil e do MDB. As pautas são similares: reajustes salariais, carreira e/ou o reajuste do piso nacional.

Apoiamos essa luta e nos dispomos a solidariedade ativa da classe trabalhadora.

À GREVE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR/BA

A FASUBRA Sindical soma-se a luta dos professores/as da rede municipal de Salvador que desde o dia 06 de maio estão em greve pela aplicação do piso salarial do magistério,

estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008.

Os/As companheiros/as, apesar dos ataques do poder judiciário contra o legítimo direito de greve, mantém-se em luta até a presente dada contra a gestão Carlista/Bolsonarista do prefeito Bruno Reis (União Brasil) que insiste em descumprir a lei do piso salarial.

Assim, apoiamos a luta pelo cumprimento dos direitos legais dos servidores desta categoria e conclamamos os/as companheiros/as a luta contra o novíssimo ataque ao serviço público que é a reforma administrativa. A FASUBRA Sindical soma-se as/aos companheiras/os nestas lutas.

À INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1391/2025

A FASUBRA manifesta seu apoio à Indicação Legislativa nº 1391/2025 (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2512018>), elaborada pelos dep. federais Tarcísio Motta e Henrique Vieira (PSOL), que sugere a reavaliação da política de preços cobrados de servidores e terceirizados nos Restaurantes Universitários das IFE. Os parlamentares sugerem, a partir do abaixo assinado de iniciativa do coletivo TAES na Luta UFF, que o Ministério da Educação expeça uma nova orientação às IFE, em substituição ao Ofício Circular 31/2020. Segundo a proposta, esta nova orientação deverá definir os critérios a serem adotados pelas IFES na composição da tarifa cobrada dos servidores e terceirizados, excluindo desse cálculo despesas permanentes dos RU. A composição do cálculo da tarifa deve conter apenas aquilo em que os servidores e terceirizados oneram aos RU: despesas variáveis, como água, energia e insumos. Dessa maneira atende-se à recomendação do TCU contida no acórdão 1915/2020 sem repassar custos de implementação e manutenção da política pública de Restaurantes Universitários para servidores e terceirizados.

SOLIDARIEDADE

À LUTA DO SINDTTAE/UFTM

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical se solidariza com a luta do SINDTTAE UFTM pela revogação do Parágrafo 6º artigo 14º da Portaria nº 49/2021 da Reitoria da UFTM. O referido instrumento obriga os TAE a compensar horas por terem participado de assembleias e/ou outras atividades devidamente convocadas pelo sindicato. Portanto, a plenária nacional da FASUBRA Sindical diz em alto e bom tom, "Revoga Profa. Marinalva esse entulho autoritário." SINDTTAE/UFTM.

MARCHA GLOBAL A GAZA

"A Marcha Global à Gaza, na Palestina, reúne três mil ativistas de mais de 50 países, para caminhar 50 km desde a cidade de Al-Arish até a fronteira de Gaza, onde realizarão um acampamento de 2 a 3 dias a partir de 15 de junho. Em ação conjunta com comboio de ajuda humanitária que pretende entrar em Gaza.

A Plenária nacional geral da FASUBRA reunida nos dias 13,14 e 15 de junho de 2025 em Brasília, se solidariza com a resistência palestina aos ataques genocidas do exército de Israel na Faixa de Gaza e Cisjordânia e saúda a iniciativa militante e internacionalista, representada por essa Marcha Global a Gaza"

À LUTA DOS TRABALHADORES DO PANAMÁ

Há vários meses o povo e os/as trabalhadores/as do Panamá estão realizando mobilizações massivas em defesa da soberania, contra as tentativas de Trump de tomar o controle do Canal do Panamá para o uso preferencial de seus navios militares e comerciais. A política do governo de José Raúl Mulino aplica um brutal ajuste e ataca os direitos conquistados pelo povo trabalhador, visando concluir a tarefa que nenhum governo jamais alcançou graças à resistência operária e popular. Mulino busca implementar a privatização da Caixa de Seguridade Social (CSS), por meio da lei 462, e a reabertura da mina de cobre, fechada desde 2023 após ter sido declarada inconstitucional graças a uma mobilização massiva em defesa do meio ambiente.

Para interromper as greves e mobilizações e continuar implementando suas medidas de ajuste, o governo panamenho desencadeou uma repressão feroz contra a população mobilizada. Prendeu as mulheres em luta das comunidades de Darién e puniu estudantes universitários, com o reitor da Universidade Nacional do Panamá entregando seus dados pessoais às forças repressivas. Declarou as greves ilegais, espancou e atirou em trabalhadores/as que bloqueavam estradas e rodovias, e declarou estado de emergência em Bocas del Toro.

A repressão atingiu níveis sem precedentes. Seu pior aspecto é a prisão e o encarceramento dos dirigentes do poderoso SUNTRACS, uma das organizações que lideram a luta do povo panamenho.

Além dessas prisões e perseguições, o governo declarou ilegal a greve dos bananeiros de Bocas del Toro, e a multinacional Chiquita demitiu quase 5.000 trabalhadores. O governo está submetendo os professores a auditorias financeiras, por meio da Controladoria Geral da União, e detendo dirigentes das comunidades dos povos originários.

Rejeitamos a perseguição, as mentiras e a repressão contra as organizações em luta.

Apelamos às organizações operárias, populares, democráticas, de direitos humanos, de mulheres, de jovens e dos povos originários, bem como às organizações políticas democráticas, para que lancem uma firme campanha de solidariedade internacional expressando nosso apoio às lutas e reivindicações do povo panamenho contra o governo repressivo e pró-imperialista de José Raúl Mulino.

REFERENTE À POLÍTICA DE DEPORTAÇÃO DE IMIGRANTES RESIDENTES NOS EUA

"Donald Trump, há 100 dias de sua posse como presidente dos EUA, implementa um ataque sectário e xenofóbico contra os trabalhadores imigrantes que moram naquele país, executando prisões pela polícia e Guarda nacional convocada, que avançam com as perdas de emprego desses trabalhadores, assim como para as suas deportações para os países de origem ou até para prisões fora do país.

Essa saga de viés ultradireitista, não reconhece a capacidade produtiva material e intelectual desses trabalhadores, estudantes e pesquisadores. As ações truculentas contra latino-americanos, indianos, chineses e outros, tem gerado indignação das populações de várias cidades como Los Angeles, Nova York, Chicago e outras, em solidariedade às justas manifestações da população perseguida e também em protesto contra o autoritarismo e ingerência federal nos estados da federação.

A Plenária nacional geral da FASUBRA reunida nos dias 13,14 e 15 de junho de 2025 em Brasília, se solidariza com a resistência dos trabalhadores imigrantes estrangeiros dentro dos EUA e com o seu direito à cidade, ao trabalho, à moradia e à vida naquele país. Pelo fim das perseguições e deportações aos imigrantes residentes nos EUA"

CONTRA O GENOCÍDIO NA PALESTINA E PELA PAZ NO ORIENTE MÉDIO

Diante do genocídio em curso na Palestina, especialmente diante do extermínio massivo de civis palestinos em Gaza, em que mais de 60% são mulheres, crianças e idosos, bem como do ataque imotivado de "israel" ao Irã, que pode levar a humanidade a um desastre nuclear, é preciso que o mundo reaja à altura, seja o risco existencial que corremos enquanto humanidade, seja diante da matança inigualável em Gaza, que supera, até mesmo, os crimes nazistas durante a 2ª Guerra Mundial. Para que tenhamos ideia da escala genocidária em curso, em Gaza são exterminadas 9.997 crianças palestinas por milhão de habitantes, superior 3,55 vezes às 2.813 por milhão de habitantes na Europa do período hitleriano.

É preciso recordar que o que vemos hoje na Terra Santa é resultado de um projeto, o sionista, de tomada da Palestina e expulsão de toda sua população originária, agora em seu 78º ano. O que vemos é a fase mais aguda do projeto sionista, a busca de uma solução final na Palestina.

A humanidade precisa parar o Holocausto Palestino, como parou o nazismo e acabou com o Apartheid da África do Sul, antes que o povo palestino veja mortas suas últimas crianças. Antes que o povo palestino deixe de existir. E precisa, também, impedir que um holocausto nuclear nos elimine enquanto humanidade, possibilidade inaugurada pelo irresponsável ataque de “Israel” ao Irã.

Por isso conclamamos toda sociedade brasileira a praticar a política que derrotou no passado os regimes análogos ao de Israel, isto é, boicotar, desinvestir e sancionar este regime até que ele ceda aos direitos inalienáveis do povo palestino e vejamos restaurados todos os direitos nacionais, civis e humanitários do povo palestino, dentre eles seu direito a um estado, aplicando-se a totalidade do Direito Internacional e das resoluções da ONU pertinente à Questão Palestina, dentre elas a Resolução 194, que determina o retorno de todos os refugiados e seus descendentes.

Ademais, acreditamos que o Estado Brasileiro, seja por seus compromissos frente ao Direito Internacional, seja frente à legislação nacional, com especial ênfase ao Artigo 4º da Constituição Brasileira, cujos princípios disciplinam as relações do Brasil com outros estados, está obrigado a romper todas as relações com o regime colonial, racista e genocida de Israel, somente retornado a tê-las quando a Palestina for livre.

Mais do que isso, o Brasil deve promover todos os esforços políticos, diplomáticos, econômicos, científicos e tecnológicos, culturais e esportivos em apoio ao povo palestino, colocando em prática dos acordos de cooperação já existentes e construindo outros, para que sejamos solidários ativos do processo de sua libertação.

Por fim, apoiamos a luta de libertação nacional do povo palestino, por todos os meios admitidos no Direito Internacional, bem como seus esforços em busca de reconciliação nacional, que conduza à unidade nacional de todo o povo e de todas as suas forças no enfrentamento da ocupação colonial sionistas. E apelamos pela paz em todo o mundo, especialmente no Oriente Médio, que só ocorrerá quando “Israel” respeitar os povos da região, suas soberanias e legítimas aspirações nacionais.

Palestina Livre a partir do Brasil, 14 de junho de 2025.

REPÚDIO

Nós, base associada do SINTUNIFESP, vimos por meio desta moção repudiar a intransigência do Sr. José Lopes Feijó, que desrespeitou os representantes presentes na reunião do GT PCCTAE do dia 23 de maio de 2025, quando não apresentou nenhum estudo ou relatório oficial sobre os itens faltantes do termo de acordo de greve. E, ainda informou que as mesas estariam

encerradas.

Um posicionamento deste calibre, logo após as entidades representativas receberem o Ofício MGI nº 34328/2025 , datado de 13 de março de 2025, no qual rebaixou a Comissão Nacional de Supervisão (CNS-MEC) a um mero colegiado consultivo e propositivo, desqualificando totalmente a história de como esta conceituada comissão foi criada por instrumento de lei (Lei 11.091/2005), bem como o tempo e o trabalho que os Técnicos Administrativos em Educação (TAE) representantes da categoria, que se dispuseram a deixar seus lares para se debruçar na melhoria da nossa carreira e atuarem junto aos representantes do Ministério da Educação. Mais uma vez repudiamos esses atos do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que cremos não representar fielmente os valores democráticos do Governo Lula e a devida valorização do serviço público federal.

CARTA AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

A FASUBRA Sindical, reunida em Plenária Nacional, vem mais uma vez manifestar-se contra o genocídio do Povo Palestino, promovido pelo regime sionista, colonial e supremacista do Estado de Israel. Reiteramos nosso apelo para que o Governo Brasileiro, sob a liderança de Vossa Excelência, adote um embargo total contra Israel, como resposta imediata e necessária ao extermínio sistemático de civis na Faixa de Gaza.

É preciso recordar que o que vemos hoje é resultado de um projeto de tomada da Palestina e expulsão de toda sua população originária, agora em seu 78º ano. O sionismo é o seguimento deste projeto, agora em sua fase mais aguda, em busca de uma solução final, isto é, de uma Palestina sem palestinos.

Não podemos permitir que esse genocídio continue, no qual 60% das vítimas são mulheres, crianças e idosos. É preciso que o mundo reaja à altura desta matança inigualável, que supera, em muitos aspectos e números, até mesmo os crimes nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

A humanidade precisa parar o Holocausto Palestino, como parou o nazismo e acabou com o regime segregacionista da África do Sul. Isso deve acontecer com urgência, antes que sejam mortas as últimas crianças e que o povo palestino deixe de existir.

O Brasil deve mobilizar todos os esforços políticos, diplomáticos, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais e esportivos em apoio ao povo palestino, colocando em prática os acordos de cooperação já existentes e construindo outros, para que sejamos solidários ativos do processo de sua libertação.

Ao mesmo tempo, defendemos que o Brasil rompa imediatamente as relações diplomáticas com esse regime genocida e posicione-se frontalmente contra a aprovação do Projeto de Lei que institui o “Dia da Amizade Brasil-Israel”, aguardando que Vossa Excelência vete essa medida, que contradiz nossa tradição de defesa dos direitos humanos e da justiça internacional. Emergencialmente, cabe ao Estado promover um severo e total embargo militar e energético contra o regime israelense, o que acreditamos ser um caminho para impedir a continuidade do genocídio.

Defendemos, ainda, que sejam rompidas as relações de cumplicidade que, direta ou indiretamente, são associados aos crimes de apartheid, às expropriações ilegais para assentamento de estrangeiros na forma de colonatos, aos deslocamentos forçados e ao genocídio, que visam uma limpeza étnica integral.

Por fim, acreditamos que o Governo Brasileiro, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve liderar uma iniciativa internacional pela aplicação de sanções concretas em defesa dos direitos humanos, convocando os povos e os Estados do mundo a se manifestarem e a atuarem de maneira firme contra a destruição do povo e das terras palestinas.

GRANDE XTAÇO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA! 📢



GRANDE XTAÇO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA! 📢

📅 Quinta-feira (03/07)

🕒 18h (horário de Brasília)

📍 No X (antigo Twitter)

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público convoca todas e todos para um grande XTACO nacional contra a #DEFENDAOSERVICOPUBLICO!

Vamos juntos levantar nossa voz e mostrar que o povo brasileiro não aceita retrocessos no serviço público! 📢 Use a hashtag: **#DEFENDAOSERVICOPUBLICO** 📢 Compartilhe, comente e engaje!

REUNIÃO – FASUBRA – ANDES - SINASEFE

Na terça-feira (1º), a FASUBRA Sindical participou de uma importante reunião na sede do ANDES-SN, em Brasília. O encontro teve como pauta principal articular, de forma conjunta, a exigência de maior celeridade e resolutividade por parte do Ministério da Educação (MEC) na condução da mesa setorial de negociações.

As entidades demonstraram preocupação com a morosidade na instalação e funcionamento da mesa setorial, cuja estruturação se arrasta apesar da urgência das demandas apresentadas.

Representando a direção nacional da FASUBRA, o dirigente José Almiram destacou que o MEC já possui em mãos um relatório elaborado anteriormente com base em onze reuniões entre o governo e as entidades representativas da categoria. “Esse material contempla todos os temas relevantes e não pode ser simplesmente descartado”, afirmou Almiram, reforçando que se trata de um trabalho construído coletivamente e com grande esforço por parte dos trabalhadores.

Outro dirigente da FASUBRA presente na reunião, Flávio Sereno, reforçou a necessidade de pressionar o MEC pelo cumprimento imediato do acordo firmado durante a greve. Segundo ele, “as entidades precisam exigir que o ministério respeite o que foi negociado e avance com responsabilidade e compromisso.”

A coordenadora-geral da FASUBRA, Ivanilda Reis, participou remotamente e elogiou a iniciativa do encontro entre os sindicatos. Para ela, essa articulação é fundamental para que as entidades se apresentem de forma mais coesa e organizada nas próximas reuniões com o MEC.

ATO EM APOIO AO MANDATO DO DEPUTADO FEDERAL – GLAUBER BRAGA

Na tarde da terça-feira, 1º de julho, dirigentes da FASUBRA Sindical participaram do “Ato Público em Defesa do Mandato do Deputado Federal Glauber Braga (PSOL-RJ)”, realizado em frente ao Museu Nacional da República, em Brasília (DF). A manifestação reuniu entidades sindicais, movimentos populares e parlamentares de diversas regiões do país, em repúdio às tentativas de cassação do mandato do parlamentar, reconhecido por sua trajetória de luta em defesa da educação pública, dos serviços públicos e dos direitos da classe trabalhadora.

Glauber Braga é considerado um aliado histórico dos movimentos sociais e sindicais, com uma atuação destacada no Congresso Nacional contra a retirada de direitos, as reformas neoliberais e os ataques ao serviço público. A FASUBRA destacou que a tentativa de cassação do mandato representa uma ameaça grave à liberdade de expressão e ao direito de representação política, valores essenciais para a democracia brasileira.

O ato marcou o encerramento da caravana nacional em apoio ao deputado, que percorreu todos os estados do país, além da marcha “Do Rio a Brasília”, que passou por 28 cidades nos últimos dias. A mobilização também coincidiu com o fim do prazo negociado após a greve de fome iniciada por Glauber Braga, em protesto contra a tramitação do processo no Conselho de Ética da Câmara. Para a direção da FASUBRA, é inaceitável qualquer iniciativa que vise silenciar vozes comprometidas com a justiça social e com os interesses da maioria da população. “A cassação de Glauber Braga seria um ataque direto aos mandatos populares que têm enfrentado, com coragem, o avanço de forças autoritárias e conservadoras”.

A FASUBRA reafirma seu compromisso com a defesa da democracia e da liberdade política, e conclama todas as entidades sindicais e movimentos sociais a se manterem mobilizados na proteção dos representantes que, como Glauber, têm atuado de forma combativa e coerente em favor dos direitos do povo brasileiro.

CALENDÁRIO

JUNHO

30 a 14/07	Mobilização em Brasília, contra a Reforma Administrativa, conforme orientação da FASUBRA
-------------------	---

JULHO

03	Xtaço contra a Reforma Administrativa
07	Apresentação do relatório preliminar – GT Reforma Administrativa – Concentração Anexo II - Câmara dos Deputados
08	Seminário sobre a Reforma Administrativa – Frente Mista em defesa do serviço público
09	Audiência pública – GT Reforma administrativa Representantes das Esferas do Poder Executivo - ESTHER DWECK, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – Câmara dos Deputados Anexo II, Plenário 13.
09 e 10	Seminário Internacional da CEA – Brasília/DF
10 e 11	Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (híbrido)
14	Ato contra a Reforma Administrativa - Brasília
15 e 16	Paralisação de 48h – contra a Reforma Administrativa
17	Reunião da Direção Nacional (virtual)
18 e 19	Plenária da FASUBRA (virtual) – Avaliação das ações de combate à Reforma Administrativa
29 e 30	Paralisação de 48h – contra a Reforma Administrativa

AGOSTO

13 e 14	Reunião da Direção Nacional
----------------	------------------------------------

15, 16 e 17	Plenária Nacional da FASUBRA
SETEMBRO	
19	5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR)
26, 27 e 28	Seminário sobre Assédio Moral e Sexual
29 a 01/10	5ª Conferência de Políticas para as Mulheres
OUTUBRO	
06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTts
20 a 25	4ª Conferência Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+
23, 24 e 25	XII Encontro Nacional de Aposentados
NOVEMBRO	
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras